
Diretrizes de Acessibilidade para os Docentes do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão

Victória Larissa Santos CHAVES¹
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

RESUMO

Este trabalho apresenta o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade voltadas aos docentes do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com foco no atendimento a discentes com deficiência visual. A partir de pesquisa bibliográfica, entrevistas e questionários aplicados a estudantes e professores, propõe-se uma plataforma digital, estruturada segundo as recomendações da W3C, que reúne orientações específicas para as habilitações em Jornalismo, Rádio e TV e Relações Públicas. O produto busca fortalecer a acessibilidade metodológica no ensino superior, ampliando a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades teóricas e práticas do curso.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; pessoa com deficiência; diretrizes; ensino superior; docente.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade pode ser compreendida como o conjunto de condições que permitem desenhar e organizar meios, edifícios, espaços públicos e informativos de forma segura e adequada, possibilitando seu uso por todas as pessoas (CGU, 2016). Trata-se, portanto, da garantia de que qualquer indivíduo possa ocupar e circular pelos espaços sociais, ainda que, na prática, esse direito não esteja plenamente assegurado no Brasil e, em particular, no Maranhão.

Segundo o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), a acessibilidade desdobra-se em três dimensões: arquitetônica/estrutural, atitudinal e metodológica. Esta última, foco do presente trabalho, refere-se à inexistência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho e de ação comunitária, sendo central para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Embora a legislação brasileira – em especial as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004 – ampare o direito à acessibilidade, persistem lacunas significativas nas universidades públicas no que se refere ao acolhimento e à permanência de estudantes com deficiência. A partir da experiência da autora como

discente com deficiência visual do Curso de Comunicação Social da UFMA, identificou-se a necessidade de elaborar diretrizes práticas que pudessem orientar os docentes na construção de aulas mais inclusivas.

Este resumo expandido apresenta, de forma sintética, o percurso teórico-metodológico e os principais resultados da dissertação Diretrizes de Acessibilidade: para os docentes do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (CHAVES, 2023), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional (PPGCOMPRO/UFMA).

2 ACESSIBILIDADE, COMUNICAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

O Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que cerca de 45,6 milhões de brasileiros, ou 23,9% da população, declaram possuir algum tipo de deficiência, sendo a deficiência visual a mais frequente. Apesar dessa expressiva parcela populacional, o acesso a bens culturais, informacionais e educacionais permanece restrito, o que evidencia o caráter ainda incipiente das políticas públicas de inclusão no país.

No campo da comunicação, recursos como a audiodescrição (AD), a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a legendagem para surdos e ensurdecidos constituem ferramentas fundamentais de acessibilidade. A Portaria nº 310/2006, alterada em 2015, ampliou para vinte horas semanais o tempo mínimo de programação acessível na TV aberta, sinalizando avanços, ainda que limitados, na democratização do acesso à informação audiovisual (SCORALICK, 2017; CHAVES, 2016; NOBREGA, 2017).

No ensino superior, o ingresso de pessoas com deficiência foi impulsionado por políticas de cotas e pela criação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino (IFES). Contudo, como apontam as entrevistas realizadas nesta pesquisa, a presença desses estudantes nem sempre é acompanhada por estratégias pedagógicas adequadas, tampouco por uma articulação efetiva entre a Diretoria de Acessibilidade, os docentes e os discentes. Persistem, assim, barreiras metodológicas que comprometem a permanência e o êxito acadêmico das pessoas com deficiência.

A pandemia de COVID-19 e o ensino remoto emergencial intensificaram essas dificuldades, evidenciando a urgência de soluções que considerem tanto o ambiente presencial quanto o digital. Este cenário reforça a necessidade de diretrizes específicas, capazes de orientar a prática docente em diferentes contextos de ensino.

3 DIRETRIZES PRÁTICAS E PLATAFORMA DIGITAL

O produto resultante da pesquisa consiste em uma plataforma digital construída segundo as recomendações da W3C (World Wide Web Consortium), que reúne diretrizes de acessibilidade voltadas aos docentes do Curso de Comunicação Social da UFMA. A primeira versão do site contempla layout inicial com apresentação do projeto, canal de contato para dúvidas e sugestões e três guias específicos, correspondentes às habilitações de Jornalismo, Rádio e TV e Relações Públicas. Em cada aba são listadas disciplinas e orientações práticas para a condução de aulas mais inclusivas.

As diretrizes foram concebidas a partir de cinco fases articuladas: (i) pesquisa bibliográfica sobre manuais e materiais já existentes; (ii) entrevistas com discentes com deficiência visual do curso; (iii) aplicação de questionários a discentes e docentes; (iv) desenho das diretrizes, entendido como curadoria das informações coletadas; e (v) adaptação do material à plataforma W3C, seguida de validação por consultor com deficiência. Prevê-se, ainda, etapa de divulgação e formação, com oficinas voltadas aos professores do curso.

Embora desenvolvida inicialmente para o público com deficiência visual, a plataforma foi pensada como instrumento expansível, capaz de incorporar futuramente orientações voltadas a estudantes com outras deficiências. Há, também, a intenção de integrá-la ao portal institucional da UFMA ou ao da Diretoria de Acessibilidade, fortalecendo a articulação entre docentes, discentes e gestão universitária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos iniciais da pesquisa foram alcançados na medida em que se consolidou um conjunto de diretrizes capaz de subsidiar os docentes do Curso de Comunicação Social da UFMA na oferta de aulas mais acessíveis a estudantes com deficiência visual. O trabalho, contudo, não se encerra com a entrega do produto: por sua natureza, as diretrizes demandam revisão contínua, à medida que novas tecnologias, demandas e perfis discentes se apresentem.

Conclui-se, portanto, pela necessidade de estreitar a relação entre a Diretoria de Acessibilidade, o corpo docente e os estudantes com deficiência, bem como pela importância de ampliar o escopo do material para contemplar outras deficiências e outros

cursos. Acessibilidade não se confunde com adaptação pontual: trata-se de princípio estruturante para a construção de espaços educacionais democráticos, nos quais a permanência e a autonomia das pessoas com deficiência sejam efetivamente garantidas.

Ao situar a comunicação como instrumento de promoção de direitos, este trabalho contribui para o debate sobre a acessibilidade metodológica no ensino superior, reforçando o papel das universidades públicas e dos pesquisadores da área da Comunicação na construção de uma sociedade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

BRASIL. *Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000*. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 2000a.

BRASIL. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF: Presidência da República, 2000b.

BRASIL. *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

CHAVES, Victória Larissa Santos. *Diretrizes de acessibilidade: para os docentes do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA*. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Acessibilidade*. Brasília, DF: CGU, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCORALICK, Kelly. Telejornalismo e acessibilidade: a inclusão das pessoas com deficiência sensorial. *Líbero*, São Paulo, v. 20, n.